



EDIÇÃO 132 | SETEMBRO DE 2017 – tribuna livre da luta de classes

(DES)ILUSÕES LIBERAIS

FHC, Lula e a ficção histórica de Marcos Lisboa

FERNANDO HADDAD

Num ambiente tão contaminado pelo ressentimento, Marcos Lisboa deu um exemplo de civilidade ao alertar o leitor sobre o respeito que tem por mim, ainda que nossas divergências possam ser grandes, como ele deixou claro no artigo que publicou na **piauí**, no mês passado (“Outra história”), em resposta ao relato que fiz para a revista (“Vivi na pele o que aprendi nos livros”). Lisboa trouxe ao debate argumentos que vão pautar as avaliações históricas – e os confrontos políticos – acerca de um período importante da vida nacional. Com o mesmo respeito, quero rebater seus comentários e, quem sabe, estabelecer algumas aproximações, ainda que as diferentes visões de mundo que temos nos mantenham em campos distintos, mas que podem e devem interagir.

Lisboa afirma que eu classifico a política econômica exitosa do governo Lula de heterodoxa ou “de esquerda”, quando para ele o seu mérito maior foi o de ter sido ainda mais liberal do que a de seu antecessor. Para provar seu ponto, ele passa então a listar uma série de economistas de esquerda, críticos às medidas tomadas por Lula no início do mandato. Duas objeções quanto a isso: eu jamais caracterizei a política econômica de Lula como heterodoxa ou “de esquerda”, e eu estava no Ministério do Planejamento justamente defendendo as medidas tomadas, com uma ou outra exceção.[1] Lisboa usa meu ensaio como pretexto para um acerto de contas com economistas de esquerda que não estavam no governo – e alguns nem no Partido dos Trabalhadores. O exercício pode até lhe trazer algum conforto espiritual, mas, quanto a mim, pretendo me ater nesta réplica ao que o próprio Lisboa defende, sem recorrer à opinião de terceiros próximos a ele para contestá-lo. A rigor, seu texto dialoga pouco com o meu. Trata-se de um recorte bastante restrito, que interessa mais a ele do que a mim, o que não diminui a importância do debate.

Centremo-nos, então, em seus comentários. Lisboa afirma que há uma continuidade entre Fernando Henrique Cardoso e Lula até 2008. Em resposta à crise internacional, Lula muda de rumo e abraça a heterodoxia. Dilma dobra a aposta, e o país quebra. As afirmações de Lisboa pressupõem a existência de dois Lulas muito distintos, ladeados por um FHC liberal e uma Dilma desenvolvimentista. Há continuidade entre FHC e Lula 1, de um lado, e entre Lula 2 e Dilma 1, de outro. Numa ponta o sucesso; na outra, o fracasso.

A vida, porém, é um pouco mais complexa. Não por outra razão, os presidentes mais inteligentes, apesar de adotarem uma determinada linha de atuação, compõem suas equipes procurando mesclar os perfis de seus subordinados diretos para que possam arbitrar soluções diante de cada situação concreta, com base na sua sensibilidade econômica, social e política. FHC fez isso. Lula fez isso. A despeito de suas diferenças, sabem que a economia não é uma ciência dura e que a adesão cega a um receituário pode ser fatal. A análise histórica não dialoga necessariamente com os manuais. Alguém dirá que esse é o problema. Eu digo que assim é a vida.

Um dos pressupostos da hipótese extravagante de Lisboa é o de que houve dois Lulas, mas um só FHC. É como se, para ele, não houvesse diferenças importantes na condução da política econômica entre o primeiro e o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seu raciocínio, há Lula 1 e Lula 2, mas nunca FHC 1 e FHC 2 – apenas FHC. E o Fernando Henrique que Lisboa escolhe é o do segundo mandato, sobretudo: o FHC da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), das metas de inflação e do câmbio flutuante. Nada, porém, é mais enganoso. O FHC do primeiro mandato, que praticou sucessivos déficits primários, que adotou uma insustentável âncora cambial e que, nessas condições, promoveu uma abertura econômica indiscriminada não pode simplesmente evaporar da história.

Invocando uma famosa conferência proferida pelo Nobel de Economia John Hicks (em Helsinque, 1973), eu lembrava,[2] em outubro de 1998, que a estratégia de Pedro Malan e Gustavo Franco era insustentável. O caminho adotado pelo governo tucano para manter a inflação baixa tinha como custo inevitável a diminuição da capacidade de crescimento do país e o aumento do desemprego. Além disso, quando o governo não conseguisse mais sustentar o real, seríamos lançados no pior dos mundos: a crise e o desemprego se agravariam, só que agora acompanhados de aumento da inflação. Como eu previra, a inevitável desvalorização cambial sepultou FHC 1 em 13 de janeiro de 1999, apenas três meses depois do meu vaticínio. Aquela altura, contudo, uma emenda constitucional aprovada por cooptação do Congresso, em 1997, e um empréstimo-reeleição do FMI às vésperas da eleição presidencial de 1998 já haviam garantido o surgimento de FHC 2. No dia 31 de janeiro de 1999, a *Folha de S.Paulo* publicaria reportagem [3] afirmando que a maxidesvalorização do real surpreendeu nove em cada dez analistas financeiros de consultorias independentes, bancos de investimentos e associações de economistas. Mas nem todos se deixaram enganar.

Como reação à crise, já sob o comando de Armínio Fraga no Banco Central, adotou-se o receituário que conhecemos: câmbio flutuante, política fiscal superavitária e metas de inflação. Eram imposições vindas de fora. A LRF é uma lei que não foi escrita em português. Ela foi traduzida e imposta a um governo que não a desejava. Quem escreve estas linhas, é bom frisar, enquanto prefeito colocou as finanças de São Paulo em linha com todas as exigências da LRF e obteve grau de investimento da agência Fitch Ratings, não apenas pela renegociação da dívida da cidade com a União, mas pagando precatórios, renegociando contratos, combatendo a corrupção e dando transparência aos negócios municipais.

Portanto, a suposição de que não houve uma mudança bastante expressiva na condução da política econômica do primeiro para o segundo mandato de FHC, mesmo que tenha ocorrido à revelia do governo, contraria todas as evidências. FHC não trocou um manual por outro. A aposta errada exigiu que o mesmo personagem se adaptasse às novas circunstâncias.

Vejamos a questão por outro ângulo, o da suposta continuidade entre o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula. Até que ponto isso é verdade?

De fato, não houve ruptura. Aliás, jamais fiz tal afirmação, como pretende Lisboa em seu texto. Mas, como veremos, também é difícil falar em continuidade.

Tome-se como ponto de partida os programas de transferência de renda que deram origem ao Bolsa Família. Quem introduziu o assunto na agenda política do país foi o senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Isso é indisputável. Desde abril de 1991, quando apresentou o primeiro projeto de lei criando um programa de transferência de renda, Suplicy fez disso sua razão de viver. O economista José Márcio Camargo sugeriu a introdução da frequência escolar dos filhos dos beneficiários como condição de participação no programa. Quase quatro anos depois, em janeiro de 1995, o Distrito Federal, governado pelo então petista Cristovam Buarque, e Campinas, governada pelo tucano José Roberto Magalhães Teixeira, adotaram a medida. Mais três anos, e em dezembro de 1997, no fim do seu primeiro mandato, FHC instituiu o primeiro programa federal de garantia de renda mínima. Um programa de início extremamente tímido e limitado.

Em 2000, essa agenda ganhou novo impulso com a eleição da então petista Marta Suplicy para a Prefeitura de São Paulo. Saneadas minimamente as finanças, depois do descalabro financeiro da gestão Celso Pitta, abriu-se espaço no orçamento para programas sociais da maior importância, como o Renda Mínima e os Centros Educacionais Unificados (CEUs) – projeto de Alexandre Delijaicov e equipe, apresentado à prefeita pela Secretaria de Finanças.

O governo federal então reagiu, expandindo a transferência de renda de maneira caótica. Foi criada uma série de programas sobrepostos (Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola), sem nenhuma avaliação de impacto e muito menos controle de condicionalidades. A agenda era muito mais política do que de combate à desigualdade: havia algo como um tipo de cartão de benefício para cada eventual presidenciável tucano, numa atitude clientelista à moda antiga.

Prova disso foi o gesto de FHC por ocasião da sanção, com vetos, do Plano Nacional de Educação, em 2001. Peço licença aqui para descer a technicalidades. O item 1.3, subitem 22 do PNE determinava o seguinte: “Ampliar o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações socioeducativas, de sorte a atender, nos três primeiros anos deste Plano, a 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadram nos critérios de seleção da clientela e a 100% até o sexto ano.” FHC vetou o dispositivo com a seguinte justificativa: “As metas propostas [...] implicam conta em aberto para o Tesouro Nacional, configurando-se em despesa adicional de caráter continuado, sem a correspondente fonte de recurso, o que não se compadece com o quanto estabelecido nos artigos 16 e 17 da LRF. Assim, por contrariar o interesse público, propõe-se o veto ao texto mencionado.”

As razões de veto falam por si.

Antes da posse, em janeiro de 2003, Lula se reuniu com intelectuais para discutir as primeiras medidas de seu governo. Eu intuía o que ele tinha em mente e levei um livro comigo. As falas foram variadas, todas muito pertinentes. Depois de ouvir, Lula tomou a palavra e anunciou sua meta número 1: acabar com a fome. Na segunda rodada do debate, quando chegou a minha vez, li um trecho da *Minima Moralia*, de Theodor Adorno. Num dos fragmentos da obra, o filósofo alemão discute qual seria, afinal, o objetivo de uma sociedade emancipada. As respostas a essa questão, ele escreve, costumam evocar ideais como “a realização das possibilidades humanas” ou “a riqueza da

vida". Para Adorno, o espiritualismo ou o suposto caráter elevado de tais respostas tinham algo de enganador e repulsivo. "A única resposta delicada seria a mais grosseira: que ninguém mais passe fome." Ou seja, se quiséssemos nos manter firmes diante de nossos compromissos, a tarefa que nos cabia era a mais rudimentar: matar a fome no país. Lula riu da ironia. Aquilo que para o catedrático contrariava o interesse público por conflitar com a LRF era questão de honra para o retirante. Que, afinal, estava mais próximo de Adorno.

Lisboa tem razão ao afirmar que programas como o Bolsa Família são de cepa liberal. Reafirmo isso no meu texto e defendo tais programas desde 1994,[4] ao contrário da classe política e da mídia conservadoras. Nossas divergências, e as razões que me fazem preferir Lula a FHC, estão em outro lugar.

A certa altura do seu texto, Lisboa argumenta que a redução da desigualdade no Brasil teria começado no governo FHC e que o equilíbrio fiscal no governo Lula foi conquistado à custa da elevação da carga tributária. Os dados oficiais do IBGE e do Ministério da Fazenda desmentem essas afirmações.

A evolução do coeficiente de Gini, que mede a desigualdade econômica, no período é a seguinte: de 1995 a 2002, o índice cai de 0,5987 para 0,5874; de 2003 a 2010, o índice cai de 0,581 para 0,5331. Afirmar que "a desigualdade de renda começou a cair já na transição entre os governos de FHC e Lula", como faz Lisboa, parece condescendente demais com o tucano. As trajetórias da desigualdade no mercado de trabalho são simplesmente incomparáveis. Os assalariados, sob Lula, se tornaram muito mais iguais. Isso também ajuda a iluminar o debate sobre ruptura ou continuidade entre os dois governos.

No que toca à carga tributária, a diferença é ainda mais gritante. Nos oito anos de FHC, a carga tributária subiu de 26% para 32% do PIB. Sob Lula, ela teve crescimento marginal, de 32% para 32,5%, devido à geração de empregos formais. Apesar disso, Lula fez um superávit primário maior do que os alcançados no segundo mandato de FHC.[5] Não procede, portanto, a afirmação de Lisboa de que o crescimento dos gastos públicos sob Lula "teve seu impacto mitigado pelo aumento da carga tributária". Vista a contrapelo, a situação é bem outra: a desigualdade de renda não melhorou no Brasil de FHC justamente porque o ajuste fiscal foi feito pelo aumento da carga tributária sobre os mais pobres, com tributos sobre o consumo, regressivos e não compartilhados com outras esferas de governo – como é o caso do aumento da alíquota das contribuições sociais – e a isenção tributária sobre distribuição de dividendos. Sob Lula, apesar de a carga tributária ter permanecido praticamente estável, os pobres "entraram" no orçamento da União, agora pelo lado da despesa (ou do investimento, como prefere dizer Lula), ao mesmo tempo em que, por ações de governo, se alteraram favoravelmente as condições no mercado de trabalho e, sobretudo, no acesso ao crédito.

Avançemos no tempo. Em que medida é possível falar em Lula 1 e Lula 2? Mais uma vez surge a pergunta sobre ruptura ou continuidade. Numa passagem, Lisboa afirma que nas economias modernas, "a política pública prioriza o acesso à educação e o cuidado com os mais pobres". Eu acrescentaria, entre as prioridades, esforços para a ampliação da infraestrutura. Pois bem, uma vez que o Bolsa Família estava relativamente bem encaminhado, Lula lançou dois planos no início do seu segundo mandato que dialogam com essa agenda moderna e que o distanciam ainda mais do antecessor: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Nesses setores, de infraestrutura e educação, a comparação entre FHC e Lula é extremamente desfavorável ao primeiro, como se sabe. O Brasil havia passado por um apagão nas duas áreas.

A crise energética de 2001 foi dramática e o investimento público em infraestrutura, de modo geral, foi extremamente acanhado durante os anos FHC. Sob Lula, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, ferrovias, aeroportos, transposição de águas, saneamento, habitação social – toda infraestrutura recebeu atenção do PAC e, ainda que se possa questionar uma ou outra iniciativa, o balanço do conjunto e o volume do investimento são comparativamente muito melhores. Depois de uma queda acumulada do investimento público por três mandatos (FHC 1-2 e Lula 1), Lula 2 (2006-2010) investiu, em termos reais, o dobro de FHC 2 (1999-2002). A propósito, o mesmo Lisboa que erroneamente considera a transposição do rio São Francisco uma obra faraônica parece supor que a descoberta do pré-sal foi obra do acaso.

Na educação, a queda da qualidade do ensino fundamental entre 1995 e 2001 foi vertiginosa. Os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, Saeb, (e mesmo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb, calculado *a posteriori*), não deixam dúvidas. A educação superior pública federal, por sua vez, estava completamente sucateada, embora o investimento por aluno nesse nível educacional fosse, sob FHC, dez vezes superior ao investimento por aluno na educação básica. A respeito da educação infantil e da educação profissional não há sequer registro a fazer sobre a atuação do governo FHC.

No segundo mandato de Lula, o Ministério da Educação atuou em todo o ciclo educacional, da creche à pós-graduação. As matrículas de educação infantil e educação profissional tiveram um incremento importante. Creches e escolas técnicas foram construídas em todo o país. A educação superior pública foi resgatada, dobrando e interiorizando a oferta de vagas de ingresso em mais de uma centena de novos campi. Com a expansão das federais, com o Programa Universidade para Todos, ProUni, e com as cotas, os pobres e negros finalmente chegaram à universidade por mérito.

As curvas de qualidade do ensino fundamental foram revertidas, e o Brasil, nos anos 2000, figurou entre os três países que mais evoluíram no Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o Pisa. Dobramos o investimento por aluno na educação básica, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundeb, mantendo o nível de investimento por aluno na educação superior.

Em nenhum ponto, aliás, a “outra história” de Lisboa é menos aderente à realidade do que na abordagem sobre a educação. Ele chega a afirmar que “a partir do segundo mandato de Lula abandonou-se a prática de avaliar o desempenho da política pública. Programas como [...] Ciência sem Fronteiras, Pronatec e Fies, entre outros, foram implementados sem que se tivesse uma política de acompanhamento e avaliação de desempenho rigorosa”. Ora, os dois primeiros programas simplesmente não existiam no governo Lula. Foram concebidos em 2011 e implementados no ano seguinte. Quanto ao Fies, no último ano do segundo mandato de Lula, o programa ofereceu apenas 74 mil contratos de financiamento, todos avaliados pelo próprio MEC e depois pelo Tribunal de Contas da União.

A ampliação dos investimentos em infraestrutura e educação, é bom insistir nisso, foi feita sem aumento da carga tributária e sem diminuição do superávit primário. A dívida pública, inclusive, mantinha sua trajetória de queda em relação ao PIB (com exceção do ano de 2009), algo bem distinto do que ocorrera nos anos FHC.

Chegamos a um momento importante: 2008. Lisboa diz que: “O sonho do Brasil Grande contribuiu para a disseminação de políticas públicas que buscavam estimular o investimento e a produção, cujo resultado foi um imenso fracasso. Essa agenda ganhou impulso depois da crise de 2008 e está na origem do impressionante desperdício de recursos públicos dos últimos anos.” Em seguida, ele afirma que “pouco depois da crise de 2008, contudo, o petismo se perdeu para não mais se reencontrar, abraçando-se ao nacional-desenvolvimentismo”. E, mais ainda, que: “Em vez de mudar de rota, o governo Dilma dobrou a aposta. O resultado foi uma crise ainda mais grave e prolongada do que o esperado.” Por fim, para Lisboa, “o resgate do nacional-desenvolvimentismo permitiu o fortalecimento do patrimonialismo e o agravamento de seu corolário, a corrupção”.

Esse último movimento é realmente desafiador. Até aqui, penso que minhas divergências com Lisboa foram factuais. Todos os dados e índices que utilizei são oficiais e não contestados: Ideb, Gini, carga tributária, nível de investimento etc. Procurei demonstrar que, na análise da política econômica, não há muito espaço para o pensamento esquemático, uma vez que os atores e sobretudo as circunstâncias mudam, de modo que a discussão sobre ruptura e continuidade nunca é tão trivial quanto parece. Por isso essas categorias tão ao gosto de Lisboa me causam certo desconforto.

A partir daqui, entretanto, nossas divergências talvez sejam também conceituais e analíticas.

A crise de 2008 é uma crise do neoliberalismo. Desde o final dos anos 80, os liberais abusaram da desregulamentação financeira em escala global e geraram a maior bolha especulativa nos mercados de ações e imobiliário da história. O mundo parecia desabar. Basta analisar a trajetória da dívida pública dos países atingidos para concluir que, apesar do discurso e de alguns esforços em contrário, houve uma brutal socialização dos prejuízos.

E nesse contexto que deve ser analisado o empenho de Lula para que a crise não nos afetasse nos dois anos finais do seu segundo mandato. Lula assumiu o comando da situação pessoalmente e, com a autoridade de quem já dispunha do PAC e de cerca de 300 bilhões de dólares em reservas cambiais – acumuladas a contragosto dos liberais –, liderou a recuperação, entregando a economia com crescimento de 7,5% em 2010, sem qualquer ajuda externa. A resposta do governo foi considerada brilhante no meio político e empresarial. Não me consta tampouco que alguém do meio acadêmico tenha alertado, na ocasião, para erros crassos no enfrentamento daquela situação emergencial.

Quando Lisboa afirma que “em vez de mudar de rota, o governo Dilma dobrou a aposta”, raciocina com o pressuposto de que uma medida econômica tem sentido absoluto. Não é uma boa maneira de pensar quando se quer fazer análise histórica. Uma medida econômica adotada numa emergência pode ter um significado completamente diferente da mesma medida, com o dobro da intensidade, numa circunstância menos urgente. Se Dilma mudasse de rota, como gostaria Lisboa, distanciando-se das medidas tomadas por Lula em 2008, essas mesmas medidas poderiam ganhar na sua análise outra interpretação. Evitemos, portanto, o anacronismo. Estamos falando de personagens muito diferentes agindo em contextos muito diferentes e que, a bem dizer, adotaram medidas muito diferentes. Represamento cambial, administração de preços públicos, desonerações tributárias excessivas nunca fizeram parte do cardápio de Lula.

Ao mesmo tempo, imaginar que a debacle da economia em 2015-16 tenha única e exclusivamente a ver com o erro de diagnóstico de Dilma – que produziu, sim, distorções, conforme apontei em meu ensaio – me parece redutor demais. É preciso considerar, além disso, os efeitos da crise política e os efeitos da Lava Jato sobre a economia para que se possa explicar a magnitude do colapso econômico.

Isso não significa deixar de considerar que medidas micro e macroeconômicas do governo Dilma, muitas vezes contraditórias entre si, tenham onerado em demasia o orçamento federal, partindo da suposição equivocada de que não havia ocorrido uma mudança estrutural da economia global. Mas isso nada tem a ver com o debate entre liberalismo e desenvolvimentismo. Insisto: tem a ver com erro de diagnóstico. Não foi esse também o caso do populismo cambial expresso na paridade real-dólar, mantida até a reeleição de FHC, que durou apenas enquanto havia patrimônio público para vender na bacia das almas?

Ao aproximar desenvolvimentismo e patrimonialismo, Lisboa comete um erro conceitual. É muito possível existir patrimonialismo de tipo “liberal”, sem desenvolvimentismo. Basta ler o noticiário da época das privatizações dos anos 90. O fato de a “privataria tucana” não ter sido investigada pelo Ministério Público Federal à época só demonstra que o patrimonialismo contava com a benevolência, ou coisa pior, por parte de quem deveria combatê-lo, e não que ele não existia. Outro exemplo: pode haver patrimonialismo na relação entre Banco Central e bancos privados, na fixação da taxa básica de juros, e assim por diante.

Da mesma forma, também é possível um certo arranjo desenvolvimentista de natureza não patrimonialista.

Indo direto ao ponto que me afasta de Lisboa. Até onde vão minhas luzes, eu jamais colocaria o BNDES no rol das instituições brasileiras que promovem ou reforçam o patrimonialismo, como ele sugere.

O BNDES de FHC é bem diferente do BNDES de Lula, é verdade. Mas a diferença, como mencionei de passagem no meu ensaio, reside na maneira como os dois personagens percebem as potencialidades de inserção do Brasil na ordem internacional. Para explicar essa diferença, recorri aos conceitos de subcapitalismo e subimperialismo, que nos anos 60 e 70 opunham, de um lado, FHC e, de outro, o sociólogo Ruy Mauro Marini. Sem me filiar ao pensamento de nenhum dos dois autores, que considero bastante insuficientes, valho-me dessas categorias para iluminar como os governos de FHC e de Lula enxergam a chamada questão nacional – e como isso condicionou as respectivas políticas econômicas, com impacto significativo na política externa dos dois governos.

FHC, desde sempre, não depositava muita confiança na burguesia nacional e imaginava um acoplamento da economia nacional à ordem mundial de tipo subcapitalista. Em outras palavras, FHC via a burguesia nacional apenas como um sócio menor e dependente do capital internacional. Lula, ao contrário, sem negar nossas dificuldades históricas, imaginava a possibilidade do exercício de um subimperialismo, de tipo regional, mediante a internacionalização do capital nacional feita com o apoio do Estado nacional, mas limitada pela ação do capital internacional. O BNDES, sob

Lula, agiu para promover essa internacionalização regionalizada, impulsionando os setores que demonstravam maior aptidão para a tarefa: o agronegócio e a construção pesada.

Não creio que isso se confunda com o patrimonialismo, recentemente exacerbado pelo financiamento empresarial de campanhas eleitorais e pelas coligações proporcionais que submetem o chefe do Executivo de qualquer governo a toda sorte de vicissitudes para a formação de maioria.

A verdade é que estadistas levam em consideração tanto a concorrência entre empresas quanto a concorrência entre Estados para definir suas estratégias. E as formas pelas quais o Estado nacional e o capital se inter-relacionam variam de época para época e de local para local. Poder e dinheiro interagem continuamente sob várias formas. Certas formas envelhecem e dão lugar a novas. O desenvolvimento das nações se explica por movimentos de inovação que se condicionam reciprocamente: a inovação tecnológica, que determina novas formas de interação econômica entre o homem e a natureza, e a inovação institucional, que determina novas formas de interação política dos homens entre si. A ciência que estuda esse fenômeno chama-se economia política. A meu ver, ela vai além na compreensão do mundo do que a chamada economia neoclássica.

No caso brasileiro, o velho nacional-desenvolvimentismo, depois do crescimento em marcha forçada no período de 1930 a 1980, se desarticulou já há algum tempo, mas novas formas de inter-relação Estado-capital tomaram o seu lugar. No mundo desenvolvido também essa inter-relação se altera sem cessar. Lisboa certamente não ignora a relação íntima entre o investimento estatal americano em tecnologia bélica e o surgimento do Vale do Silício, ou a relação explícita entre as guerras localizadas ou a desestabilização política de regimes e o interesse das petrolíferas americanas. Também não ignora como a Alemanha, depois da reunificação, moldou, num lance de gênio, a União Europeia segundo seus propósitos; ou como a China atua em escala nacional e global em busca de hegemonia, com suas *joint ventures* e diplomacia agressivas.

Em 2018, não vamos optar entre o nacional-desenvolvimentismo de Lula e a social-democracia de FHC, como pensa Lisboa, simplesmente porque esses personagens nunca existiram. Aliás, FHC não existe para seu próprio partido em qualquer versão, liberal ou social-democrata. Atravessamos quatro campanhas presidenciais sem que ninguém reivindicasse seu legado, muito injustamente. Em 2018, a polarização se dará com o governo Temer, ao qual os tucanos estão indissociavelmente ligados. Aliás, como Lisboa caracterizaria Temer? Essa é uma questão que eu gostaria de ver respondida.

[1] Por exemplo, o aumento da taxa Selic de 25%, herdada de FHC, para 26,5%, mesmo já tendo anunciado um aumento da meta de superávit primário.

[2] “Um 1999 sombrio”, *Folha de S.Paulo*, Tendências/Debates, 9 de outubro de 1998.

[3] “Maxidesvalorização do real surpreende consultores”, *Folha de S.Paulo*, Cenários, 31 de janeiro de 1999.

[4] Fernando Haddad e Eugênio Bucci, “Propriedade, direita e esquerda”, *Teoria e Debate*, nº 25, junho de 1994.

[5] Lembremo-nos de que FHC 1 fez déficit primário.

FERNANDO HADDAD

Fernando Haddad foi prefeito de São Paulo (2013–16) e ministro da Educação dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2005–12)

